

## PROBLEMAS SOCIAIS CONTEMPORÂNEOS DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE

Luciara Silveira de Aragão e Frota

A essência dos problemas sociais contemporâneos da América Latina e do Caribe tem base no seu subdesenvolvimento e nas tentativas de sua superação gradativa. Reside pois na necessidade do exame de suas causas, bem como no entrosamento das maiorias marginalizadas nos processos de modernização. Por outro lado, essas maiorias precisam usufruir do bem estar material, no mesmo tempo que necessitam estar capacitadas a oferecer uma contribuição positiva a esta modernização, — o que só será possível —, se lhes forem fornecidos os meios, tanto econômicos quanto sociais. Tal interação, está submetida a vários elementos, sendo um dos principais, o controle da taxa de crescimento da população marginalizada, que não pode, em tese, ser superior à do próprio desenvolvimento<sup>1</sup>. Neste quadro é preciso levar em conta a contraposição de traços extremos preponderantes nos meios rurais e urbanos da América Latina e do Caribe, observando-se também, além da população e sistema econômico, os métodos de trabalhos, estruturas sociais, valores e atitudes. Toma-se assim em consideração o enfoque histórico que permite visualizar épocas distintas da evolução da América Latina, aplicando conhecimentos tanto de História Econômica quanto da História Social.

Sob o ponto de vista histórico, o processo de desenvolvimento da América Latina e do Caribe foi feito através da frágil inspiração dos modelos externos e dirigidos por interesses adversos ao progresso endógeno. O traço preponderante do predomínio de uma mesma classe social (sendo o termo classe utilizado aqui com certa liberalidade, para nos referirmos a conjuntos de estratos sociais integrados por pessoas que compartilham entre si, semelhanças de ocupação profissional, educação, status econômico, modos de vida e prestígio social), parece ter sido estimulado por uma característica de conformismo do povo marginalizado, a qual só raras vezes irrompeu em manifestações de violência. Aproximadamente entre 1750-1870 quando da Independência e Institucionalização dos Estados Nacionais deu-se alguma mobilidade social vertical como produto das revoluções. Após a primeira guerra mundial com

---

(1) Cf. sobre o assunto, reportagem em "O Estado de S. Paulo", de 15 de setembro de 1986, p. 8.

o início de uma elite empresarial modernizadora, sob grande influência dos imigrantes, deu-se paralelamente o processo das reformas sociais das classes dominantes. Relativamente às noções de conformismo que surgem embricadas nas teorias de desenvolvimento percebe-se hoje, claramente, dicotomia entre o mundo rural e o urbano. No caso brasileiro, algumas das principais cidades “incham” em função das migrações internas, via de regra, oriundas do Nordeste do país, uma das regiões mais pobres do mundo. Ali, apesar dos projetos de industrialização, o lavrador nordestino não vem se constituindo num indivíduo convenientemente treinado a fim de que possa, absorvido pela indústria, solucionar o problema do emprego da mão-de-obra disponível. A falta de treinamento para a qualificação no setor e o próprio conformismo ligado a falta de desejos de mudanças vêm sendo um impedimento ao progresso regional. O comportamento individual sofre assim profunda influência das lideranças de opinião representadas por alguns setores do clero como os párocos do interior, as dos patrões, que são latifundiários e dos valores inerentes ao próprio grupo familiar. Nas cidades, a necessidade crescente da especialização profissional e funcional, faz tender o migrante ao subemprego e aos biscates, traduzindo-se a mobilidade vertical como viável através do aumento dos ganhos econômicos pessoais. Os contatos sociais e os meios de comunicação de massa parecem diversificar não só os interesses, mas ainda, as ambições pessoais, favorecendo a ruptura com o conformismo e a tendência a formação de opiniões mais individualizadas. De qualquer forma, modernização e desenvolvimento na América Latina têm beneficiado somente algumas categorias sociais, estando as maiorias, portanto, distante das idéias de progresso, ou recebendo-o apenas de uma forma marginal. No bojo deste contraste, ficam colocadas, diametralmente, as conclusões otimistas possíveis de destacar “da evolução de alguns indicadores econômicos convencionais, como os referentes ao ritmo de crescimento do produto, às exportações ou às reservas internacionais e as conclusões, às vezes desalentadoras, que se despreendem de certos indicadores sociais que mostram que persistem em muitos países da região, agudos problemas de desnutrição, pobreza, analfabetismo e sub-ocupação, os quais em certos casos, tendem a resolver-se com desesperante lentidão e, em outros, marcam ainda lamentáveis retrocessos”<sup>2</sup>.

Assim, malgrado as diferenças existentes entre os países integrantes da América Latina e do Caribe o equacionamento dos seus problemas sociais fica também vinculado ao exame da evolução econômica dos países ricos. Isto não significa, contudo, que os problemas econômicos da região não estejam também ligados às próprias características dos desenvolvimentos nacionais e das políticas que foram adotadas para

(2) Enrique V. Iglesias — “Os desafios da América Latina nos anos 80” em *Digesto Econômico*, nº 270, p. 227. São Paulo, nov./dez. 1979.

promovê-los. O problema da vulnerabilidade das economias latino americanas aliado a falta de consecução de uma política mais cooperativa na região, favorece o enfraquecimento de suas defesas e de sua capacidade negociadora.

Nas tentativas de mudanças sociais, algumas de cunho predominantemente ideológico atuam, efetuando pressões sobre os sistemas políticos em vigor. Sob os mais variados rótulos — nacionalistas, populistas ou “esquerdistas” — não lograram obter uma união nacional e o comprometimento das populações em programas mais ou menos racionais de transformação social e econômica<sup>3</sup>.

Vale lembrar aqui a importância de um nível razoável de estabilidade política na consecução das transformações sociais e que, isto também não poderá ser obtido, sem alguma forma aglutinadora, a qual, atuando como um consenso consiga catalizar a opinião das massas e tenha uma coerência com o compromisso de integração social das maiorias marginalizadas.

---

(3) CEPAS El Pensamiento de La CEPAL. Santiago, Editora Universitária, p. 1959.